

Um plebiscito para Brasília

Entrevista: Deputado Albérico Cordeiro

Luiz Cláudio Pinheiro

Brasília está comemorando dezoito anos, e ainda não pode votar. E a capital do país, com mais de um milhão de habitantes: Sua população sofre diariamente os problemas de habitação, transporte, saúde, educação. Mas não tem o direito de eleger o seu governador, ou, no mínimo, seus representantes no Congresso Nacional.

Por que Brasília não pode votar? Por que tudo a respeito de Brasília tem que ser decidido em gabinetes fechados, alheios à realidade?

Houve um tempo em que Brasília foi a capital da esperança, para onde convergiam os brasileiros, com os olhos confiantes e voltados para o futuro. Mas Brasília se transformou numa cidade desumana. A miséria proliferou nas cidades-satélites, o transporte urbano virou um caos, a deficiência hospitalar chegou ao ponto de matar as pessoas e de revoltar a todos. Enquanto isso, construíam-se estádios de futebol, crescia a especulação imobiliária, faziam-se pontes, monumentos etc.

Tudo isso prova que a democracia ainda é a melhor forma de governo, e que, sem ela, as decisões quase sempre interessam mais a grupos privilegiados do que à população. Aos dezoito anos — um a mais do que a maioria eleitoral do cidadão —, Brasília quer e exige votar.

Há algum tempo, vários pronunciamentos de entidades as mais diversas vêm colocando essa questão. A representação política de Brasília está nas ruas. E, nestes próximos dias, um novo e importante passo será dado: o deputado Albérico Cordeiro, da Arena de Alagoas, deverá apresentar um projeto de lei propondo a realização de um plebiscito em Brasília, para que a própria população diga como quer votar. O fato de a iniciativa ser de um arenista é alvissareiro na medida em que nada passa no Congresso sem o apoio do partido do governo. E, embora o plebiscito não tenha o endosso das lideranças arenistas, poderá contar com o apoio de vários deputados da Arena, os quais, aliados ao MDB, poderão corrigir essa distorção a que a população brasiliense está submetida.

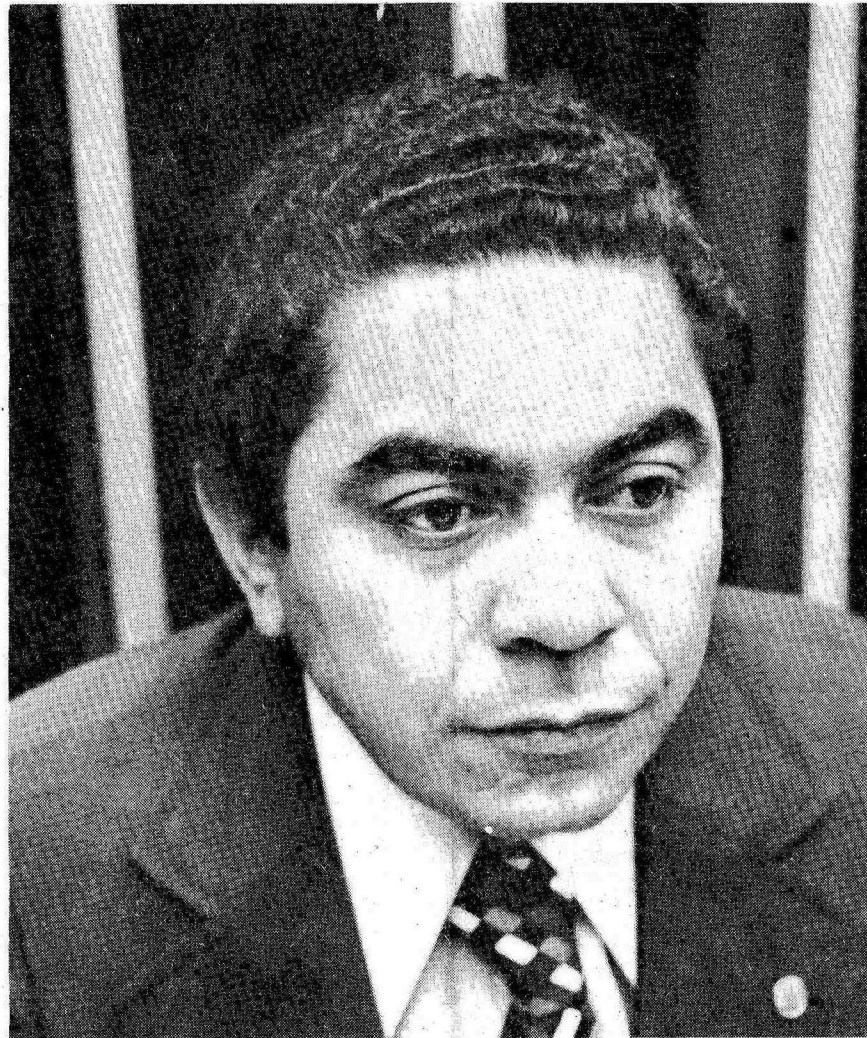
Esse plebiscito poderia ser um marco na história da cidade. O deputado Albérico Cordeiro, além disso, já tem em tramitação um outro projeto de lei, propondo a reconstituição de uma Comissão do Distrito Federal na Câmara dos Deputados. Nesta entrevista ele fala sobre o futuro político de Brasília, e expõe suas idéias.

“É preciso reestudar Brasília inteira”, diz Cordeiro. E fala da necessidade do ex-governador — evidentemente, escolhido sem auxílio do povo — Hélio Prates da Silveira prestar suas contas com Brasília.

JBr - Deputado, qual é a sua proposta para a representação política de Brasília?

Cordeiro - O meu projeto não visa propriamente a uma representação política para Brasília. Eu gostaria de distinguir o meu de outros projetos que estão tramitando no Congresso Nacional. O senador Itamar Franco tem um projeto pedindo uma Assembleia Legislativa para Brasília. Eu estou informado de que os deputados Aldo Fagundes e Heitor Alencar Furtado, assim como o senador Henrique Santillo, estão tentando ampliar o projeto do senador Itamar Franco, no sentido de dar a Brasília também uma representação na Câmara Federal e no Senado. Eu penso que a questão da representação política em Brasília precisa ser melhor equacionada e melhor definida. Nós temos uma organização político-administrativa nesta cidade. Nós temos uma organização econômico-financeira, nesta cidade, inteiramente dependente do governo federal. O governador daqui é nomeado pelo presidente da República, seu nome é submetido ao Senado, e assim a mecânica político-administrativa de Brasília é inteiramente diferente da do resto do país, a mercê das eleições indiretas e dos senadores indiretos.

— Então nós temos características políticas que eu não diria inusitadas, mas pelo menos fora do contexto da atualidade brasileira. O meu projeto não visa, por ora, a mexer com a representação política para o Distrito Federal. O que eu estou pedindo, numa emenda constitucional que apresentei, é a criação, na Câmara dos Deputados, de uma Comissão para o Distrito Federal, como a que já existe no Senado. Até 65/66, se não me engano, havia uma Comissão assim na Câmara, mas vieram os problemas políticos, os problemas de economia interna, os problemas domésticos da Câmara, uma reforma constitucional, feita um pouco às pressas, retirou da Câmara o direito de ter essa comissão, ficando apenas o Senado com a sua Comissão do Distrito Federal, a qual, apesar de integrada por grandes senadores, por grandes figuras da política brasileira, não tem podido atuar como desejávamos, como a cidade precisa. E por isso que eu defendo a criação de uma comissão do DF também na Câmara, partindo do princípio muito elementar, muito terra a terra: observe-se que os deputados são eleitos pelos seus Estados, e vêm para Brasília, alguns em primeira eleição, sem nunca antes terem posto os pés em Brasília, e aqui começam a usufruir de toda a infra-estrutura da cidade, que é paga pelo contribuinte.



O deputado Albérico Cordeiro, a favor de eleições

— O deputado, com toda a sua família, recebe uma passagem paga pela Câmara, e vem para Brasília, e aqui recebe um apartamento, usa dos serviços de educação, saúde, transporte, etc., tem um convívio com a população de melhor nível intelectual do país, e tudo isso ele recebe praticamente de graça, no bom sentido. Então, esse deputado que recebe tudo isso, que o contribuinte brasileiro está pagando, ele deve se considerar — e nós todos nos consideramos — na obrigação de retribuir a essa cidade que nós está dando isso.

— Essa é a razão da minha proposta. A minha intenção é integrar os deputados federais em todos os assuntos de Brasília, e o caminho que eu encontrei foi esse da criação da Comissão do DF na Câmara. Que teria um sentido amplo. Nela nós discutiríamos os assuntos políticos, administrativos, o problema institucional, os problemas de interesse da população, tanto os da população de alta e média renda, quanto os das populações das periferias, das cidades-satélites etc. Então, de comum acordo com o governo do DF, e do governo federal, a comissão poderia contribuir muito. Agora, quanto à representação política mesmo, eu sou da opinião que ela deve ser muito bem discutida, e o foro próprio para esses debates seria a comissão que estou propondo.

JBr - Mas não levaria muito tempo, assim, até que se chegasse

à representação política? Deve-se lembrar que Brasília hoje é uma cidade com mais de um milhão de habitantes, e não pode eleger nem seus vereadores, enquanto qualquer cidade do país, até com menos de dez mil habitantes, tem lá os seus vereadores pelo menos.

Cordeiro - Dependendo dos prazos aqui na Câmara, nós poderemos ter essa comissão funcionando a partir de março do ano que vem. E eu estou fazendo todo o possível para que a comissão mista instituída para analisar a minha emenda e a do senador Itamar Franco — segundo os pareceres técnicos do Congresso, as duas emendas têm conexão, embora eu ache que não, mas se os técnicos dizem que sim eu aceito — dê seu parecer o mais rápido possível. E como é um assunto de interesse interno da Câmara, eu acho que este ano teremos a decisão final, e é possível que seja aprovada a formação da comissão, para funcionar no ano que vem. E essa comissão será um foro para discutir a representação política da capital do país.

JBr - Quais seriam os principais objetivos da Comissão?

Cordeiro - Tratar de tudo de Brasília, desde a representação política até o transporte coletivo. Tratar se Brasília terá deputados federais, senadores ou vereadores, e também de problemas como o dos hospitais etc. Evidentemente a comissão não será um órgão executivo, mas um órgão de estudo, de trabalho, de elaboração

legislativa, o que é muito importante.

JBr - Essa sua emenda e as outras, de parlamentares do MDB são excludentes entre si? Fica descartada a possibilidade dos projetos desses políticos do MDB receberem o seu apoio?

Cordeiro - Se a comissão mista aprovar a emenda do senador Itamar Franco, e as subemendas dos outros emedebistas, a minha proposta fica automaticamente prejudicada. Se a minha emenda for aprovada, ocorrerá também o prejuízo das outras. Essa é a mecânica, mas tudo ainda vai depender muito das lideranças dos dois partidos.

JBr - Qual é a receptividade das lideranças da Arena à sua emenda?

Cordeiro - Tanto na Arena como no MDB tenho encontrado muita solidariedade, porque minha emenda tem o objetivo de prestigiar o Poder Legislativo. Eu, com a minha emenda, pretendo acrescentar mais uma comissão permanente às que já existem na Câmara, e creio ser este um fator positivo para que o Parlamento possa dar o melhor da sua contribuição ao país.

JBr - Como o Sr. vê a situação de Brasília hoje? Quais são os principais impasses da cidade, que devem ser tratados mais rapidamente?

Cordeiro - Assim como as outras grandes cidades, Brasília tem grandes problemas, e eu tenho medo que eles se avolumem ainda mais. O problema de trânsito em Brasília, por exemplo, se não tiver uma solução rápida, deixará a cidade impraticável nesse ponto. Brasília tem um milhão de habitantes, e todo mundo tem automóvel. E necessária, então, uma solução para o problema do trânsito. Há uma necessidade de ordenação do Plano Piloto, que já começa a inchar demais. Depois, o problema das terras, que precisa ser muito bem analisado juridicamente. O terceiro problema é o do cinturão verde, ou seja, o problema do abastecimento de hortigranjeiros. Quase todas as frutas, legumes etc., consumidos em Brasília, vêm de fora, enquanto nós podíamos estar com uma produção muito maior aqui dentro desses produtos. O cerrado dá tudo, só falta aproveitar. Até maçã boa pode ser produzida aqui. Então, é preciso cuidar disso.

— Muito importante também é uma atualização de todo o plano da cidade, e para isso é fundamental ouvir aqueles que planejam a cidade. Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Nós não podemos prosseguir no desenvolvimento urbano da cidade sem ter uma conversa com esses homens, e com as equipes desses dois artistas. Não que Oscar Niemeyer e Lúcio Costa

sejam ditadores de Brasília, da nossa arquitetura e do nosso urbanismo, que venham impor normas, mas que sejam ouvidos, já que suas opiniões são muito importantes, e é preciso ver que a cidade precisa ser reestudada agora.

— O problema hospitalar é sério, o problema da migração para cá precisa ser analisado, a migração precisa ser controlada. Deve haver alguma solução também para o problema dos estabelecimentos pagos.

JBr - Como o deputado vê as últimas administrações de Brasília?

Cordeiro - O Plínio Catanheide e o Wadjê Gomide foram governadores muito competentes. O Catanheide foi o «prefeito jardineiro», e fez uma grande administração. O Wadjê Gomide também fez muito pela cidade. Mas depois veio o caos, que se chamou Hélio Prates da Silveira. Ao que me consta, o Hélio Prates ainda tem contas pedentes junto ao Tribunal de Contas do DF, e precisa justificar algumas coisas que fez aqui. O último governador, Elmo Serejo Farias, foi excepcional. Pode ter tido alguns erros, o que é natural em qualquer administração, mas seu saldo é muito positivo. Muita gente, por exemplo, não construiria esse Parque Recreativo, porque com o que se gastou com ele se poderia fazer um grande trabalho na área social que está tão carente. E o nome do Parque, que ficou sendo o do filho do governador, morto em acidente de automóvel, pode não ter sido o mais feliz, embora tenha sido uma homenagem compreensível, mas a cidade não aceitou bem. Enfim, o dinheiro gasto com o Parque poderia ter melhor aplicação em creches, escolas, obras para a infância abandonada, hospitais etc. Mas o saldo do Elmo Serejo, temos que fazer justiça, foi muito bom, porque ele deixou diversas obras importantes concluídas. E o Aimé Lamaison é uma grande esperança, na qual acreditamos.

JBr - E quando, deputado, Brasília, capital do país, metrópole com cerca de um milhão de habitantes, poderá eleger por si mesma o seu prefeito, ou governador?

Cordeiro - A representação política em Brasília, as eleições aqui, é um assunto que está nas ruas. Todos estamos vendo isso. E eu tenho uma sugestão pessoal, que estou encaminhando. Para mim, deve ser realizado um plebiscito em Brasília, para que a própria população diga que tipo de representação política deseja. Isso porque está se discutindo muito, uns querem uma Assembleia de vereadores, outros querem deputados federais, e a própria população é que, na minha opinião, poderia dizer o que quer.

O projeto, em poucas palavras

Um plebiscito com a participação de todos os habitantes de Brasília maiores de 18 anos para decidir se querem representação política para a Capital do país, e que tipo de representação: se vereadores, deputados Estaduais, deputados Federais, senadores ou se uma espécie de Conselho Comunitário.

A idéia é do deputado Albérico Cordeiro, para quem o debate sobre a criação de representação política em Brasília está bastante adiantado, mas muito difuso, com muitos órgãos, comitês, entidades, etc. patrocinando a idéia.

Entende o deputado que representação política em Brasília não deve ser uma instituição criada de cima para baixo, por Decreto ou com caráter elitista. «A população da cidade, Plano Piloto e Cidades-Satélites, deve se manifestar, dizer de espontâneo e livre pensamento se quer e para que. Lembro que há algum tempo o Senado rejeitou um Projeto determinando eleições para Senador em Brasília. Rejeitou porque não sabia, como ainda hoje o todo do Congresso não sabe, se a população quer ter senadores, deputados ou vereadores. O que quer o povo de Brasília? E uma pergunta que fica no ar, embora muita gente se arvora, pela imprensa, de porta-voz dos moradores do Distrito Federal no que



Brasília, um espaço vazio no contraste do poder

diz respeito à representação política. Se arvora porque sem mandato e sem procuração; sem pesquisa e sem ouvir por dentro o pensamento dos brasilienses. Para a realização do plebiscito, o deputado Albérico Cordeiro está estudando a possibilidade de

apresentação de um Projeto de Lei à Câmara, dando-lhe forma e o «modus faciendi», inclusive uma data para a sua realização. «Estou conversando com advogados e especialistas em Legislação Eleitoral para verificar a formalização, através de Lei, desse plebiscito. O

assunto é complexo, particularmente pelas características de Brasília, onde a quase totalidade de sua população em idade de votar está marginalizada de qualquer caminho do processo eleitoral, com exceção daqueles que mantêm seus domicílios eleitorais

nos Estados de procedência», afirma Cordeiro. Além de outros ângulos que carecem de estudos para um Projeto de plebiscito em Brasília, seriam necessários, em princípio:

- a) tipo de documento hábil para o exercício de voto no plebiscito;
 - b) abertura de postos para a concessão desse documento;
 - c) elaboração de questionário próprio, em linguagem clara, com os quesitos e as indagações pertinentes à matéria;
 - d) estabelecimento de regras para a campanha, com Legislação específica;
 - e) processo de apuração;
 - f) supor que talvez seja preciso reforçar a Justiça Eleitoral do DF, a quem deverá caber a execução, fiscalização, apuração e fase final do plebiscito;
 - g) recursos financeiros.
- Isto, naturalmente, além de outros ângulos que nos estudos e tramitação de um Projeto podem vir a surgir e merecem ser considerados.

Entre as vantagens do plebiscito, o deputado alagoano cita: